

N. F. Nº - 129483.0536/19-8
NOTIFICADO - CONCORD DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
NOTIFICANTE - CARLOS ALBERTO MAFRA OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0114-02/25NF-VD

EMENTA: ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. A obrigatoriedade pelo pagamento da antecipação parcial está prevista no artigo 12-A da Lei nº 7.014/96. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Infração caracterizada, pois o autuado não estava credenciado para efetuar o pagamento da antecipação parcial até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal. Notificado usufruía na época do benefício fiscal do Decreto 7799/2000, não considerado pelo Notificante, tendo sido refeita de ofício a planilha do Notificante. O contribuinte trouxe aos autos prova que comprovou o recolhimento do imposto exigido, fato confirmado após pesquisa no sistema de arrecadação da SEFAZ. Infração insubsistente. Notificação Fiscal IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 19/11/2019, no Posto Fiscal Benito Gama, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 5.256,35, multa de 60% no valor de R\$ 3.153,81, perfazendo um total de R\$ 8.410,16, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 54.05.08** - Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: I) cópia dos DANFES 31683, 31684 (fls. 4/5); II) cópia da Consulta do Contribuinte - Descredenciado (fl. 6).

Assim está na descrição dos fatos: “Contribuinte descredenciado sem ter recolhido o imposto relativo ao ICMS da Antecipação Parcial referente aos DANFES números 31683/31684”.

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogado com anexos, às fls. 10/24, fazendo

inicialmente uma breve síntese dos fatos e da sua tempestividade.

Argumenta que o Contribuinte é pessoa jurídica dedicada ao comércio atacadista de mercadorias em geral e usufrui do benefício fiscal do Decreto 7799/2000, o qual prevê a redução da base de cálculo nas operações de saídas. Em 23/04/2019 foi denunciado o termo de acordo celebrado e, consequentemente, cassado sob a justificativa de que o Contribuinte não preenchia os requisitos legais exigidos para manutenção do benefício, uma vez que a Administração Fazendária Estadual havia constatado a existência de débito inscrito em dívida referente ao PAF nº 088502.0001/12-6 e de valores em aberto, mas não inscrito em dívida do PAF 850000.2166/19-0. O débito relativo ao PAF nº 088502.0001/12-6 é objeto de discussão na ação anulatória que tramita na Vara de Fazenda Pública sob o nº 0502157-61.2019.8.05.0274 nessa cidade de Vitória da Conquista-Bahia. O Juízo de primeiro grau, concedeu medida liminar em 08/04/2019 determinando a suspensão de exigibilidade do crédito tributário tomado ciência pelo Estado da Bahia em 15/04/2019, portanto, em data anterior à cassação do termo de acordo que em 23/04/2019.

Informa que o Estado da Bahia apresentou contestação e requereu em sede de agravo de instrumento que fosse nomeado bem à penhora como condição da vigência da liminar concedida, tendo a Contribuinte indicado um veículo que já foi, inclusive, avaliado. Com a garantia do débito tributário, a Contribuinte regularizou sua condição fiscal, vez que a exigibilidade ficará suspensa até a decisão final de mérito a ser prolatada. Além disso, a Contribuinte protocolou pedido de parcelamento, estando todas as parcelas regularmente adimplidas até a presente data.

Destaca que o imposto das Notas Fiscais 31683 e 31684 foi calculado com a redução da base de cálculo e devidamente pago no dia 19/11/2019 no valor de R\$ 1.729,77, onde provada a saída tributada das mercadorias, a exigência da antecipação parcial deverá ser cancelada, conforme art. 42, § 1º, da Lei Estadual nº 7.014/96 e requer a V.Sa. que seja acolhida a presente impugnação, para anular a lavratura da presente Notificação Fiscal pelas razões acima expostas.

Não consta informação fiscal.

É o relatório

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes nos DANFES 31683 e 31684 como está descrito no corpo da Notificação Fiscal.

O Notificante em sua peça, acusa a Notificada tipificando-a na infração de falta de recolhimento do ICMS ref. à Antecipação Parcial, em aquisição interestadual ou do exterior de mercadorias destinadas a comercialização, e para tal se alicerça do enquadramento do art. 332, inciso III, alínea “a”, §§ 2º e 3º do RICMS/BA/12.

O parágrafo 2º estabelece que contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, que não é a situação deste contribuinte. Em consulta realizada aos sistemas da SEFAZ no momento da ação fiscal, o Agente Fiscal constatou que o sujeito passivo estava descredenciado para o recolhimento do ICMS em momento posterior à entrada da mercadoria no estabelecimento em razão de restrição de crédito – Dívida Ativa, sendo obrigatório o recolhimento do ICMS antes da entrada da mercadoria no território baiano, o que não foi feito pelo Contribuinte:

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

....

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da

Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes;

(...)

§ 2º *O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

I - *possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

II - *não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa.*

Na defesa o impugnante alega que a Notificação Fiscal é completamente improcedente abrangendo alguns pontos na sua argumentação defensiva: a) o Notificante não considerou, no momento do cálculo do imposto, que o Notificado era beneficiário do Decreto 7799/2000, que prevê a redução da base de cálculo para uma alíquota interna em 10,59% e fez o cálculo com a alíquota cheia; b) que seu descredenciamento é indevido pois o Estado não cumpriu a determinação judicial que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário que gerou o descredenciamento da impugnante; c) que calculou e recolheu o ICMS Antecipação Parcial das Notas Fiscais aplicando o benefício do Termo de Acordo Decreto antes da lavratura da Notificação Fiscal.

Passamos então a analisar as argumentações defensivas: a) em consulta ao INC – Informações do Contribuinte-Processos Tributários constato que o Notificado tem Termo de Acordo do Atacadista ativo cadastrado através do processo SIPRO nº 53215220190 com o parecer 3453/2020, com efeito retroativo a partir de 23/04/2019 e seus efeitos válido até 31/12/2021, estando vigente no período da lavratura da Notificação Fiscal podendo, portanto, usufruir do benefício fiscal.

Assim analisando a planilha elaborada pelo Notificante, constato que cabe razão ao Impugnante, devendo a planilha ser refeita de ofício para considerar o benefício da redução da base de cálculo previsto no Decreto 7799/2000, para alterar o valor do crédito tributário lançado na Notificação Fiscal:

PLANILHA COM REDUÇÃO DO DECRETO 7799/2000

DANFES	VALOR BC	ICMS 10,59%	CRÉDITO ICMS	SALDO ICMS
31683/4	47.785,00	5.050,43	3.344,95	1.715,48

b) Alterado a planilha do Notificante para o valor de R\$ 1.715,48, valor esse que foi recolhido pelo sujeito passivo no mesmo dia da lavratura da Notificação Fiscal, situação que foi devidamente confirmada após consulta no INC – Informações do Contribuinte, no campo de Relação de DAES de Novembro/2019, pago através do DAE 1907864857. Portanto, depois de refeito a planilha do Notificante e considerando que o imposto fora recolhido, não procede mais tal exigência.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº **129483.0536/19-8**,

lavrada contra **CONCORD DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.**

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 15 de maio de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

